

Jogo de cintura

As agruras de uma competição cada vez mais acirrada forçam a cotonicultura a mudar para sobreviver

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Sem a visão sistêmica do agribusiness, o diagnóstico das crises deflagradas nas cadeias produtivas de alimentos e fibras teria entendimento parcial. Seria sempre incompleto. As conseqüências negativas estariam na concepção de estratégias e ações equivocadas. A estrutura e a organização de cada agronegócio estariam sempre ameaçadas pela realidade econômica e social em constante mudança.

As tecnologias trazem alternativas para o consumidor atuante em qualquer um dos elos do complexo agroindustrial. As respostas ocorrem em linha de processo, à medida que se estabelece o relacionamento entre cliente e fornecedor. No algodão, a indústria de colheitadeiras se antecipa ao produtor em máquinas de última geração, para atender às exigências de qualidade e custo da matéria-prima do parque de fiação e tecelagem.

A abertura comercial dos anos 90 pôs à prova a eficiência das cadeias nacionais de alimentos e fibras. Entre as mais traumatizadas com o golpe estão as de triticultura, bovinocultura de leite e cotonicultura, objetos de vários ensaios em AGROANALYSIS. A última é foco de investigação nesta edição.

Um pouco de história

As lavouras migrantes, temporárias ou perenes, cumprem ciclos de ascensão, auge e declínio em cada região. O fenômeno se repete na história da agricultura nacional.

Nos agronegócios ligados ao algodão, a despeito da pujança exibida pela Sanbra – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro –, o Nordeste saiu de cena nas últimas décadas. Recentemente, foi a vez de estados como São Paulo e Paraná apagarem as luzes, deixando em cena apenas campos e potencialidades de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Nesse prelúdio de milênio, dois modelos predominam no sistema nacional da produção algodoeira: o tradicional, sobretudo no Paraná e em São Paulo, baseado em pequenas e médias explorações, intensivo em mão-de-obra e muitas vezes envolvendo relações de parceria e arrendamento, com sobrevivência comprometida ou ameaçada; e o empresarial, praticado no Centro-Oeste em grandes extensões, capital intensivo, com colheita mecanizada e envolvendo parcerias empresariais com tecnologia de ponta na produção e beneficiamento.

Produtividade e custos na produção do algodão em caroço

Tecnologia	Produtividade média (@/ha)	Custo de produção (R$/@)	Escala média (ha)
Mecânica-animal*	76	6,86	16
Mecanização parcial**	130	6,22	54
Mecanização plena***	250	5,08	230

* Preparo do solo e semeadura com trator, tratos culturais com animais, pulverização costal motorizada e colheita manual, transporte do produto em sacaria.
** Preparo do solo, semeadura e aplicação de defensivos/herbicidas com trator, colheita manual, transporte em sacaria.
*** Todas as operações mecanizadas, inclusive colheita, e transporte a granel.
Fonte: Levantamento de campo de Gonçalves (1997).

Produção de algodão

Mil toneladas

País	1998/99	1999/00	Variação %
Brasil	520,6	622,3	19,5
Argentina	191,1	131,0	-31,4
Paraguai	60,8	73,7	21,2

Brasil: empresas de fiação e tecelagem

1994

Região	Quantidade	%
Sudeste	2.316	69,3
Norte	46	1
Nordeste	486	11
Sul	796	18
Centro-Oeste	29	0,7
Total	4.410	100

Fonte: Abit.

Brasil: importação de máquinas têxteis, partes e peças

US$ milhões FOB

Ano	
1989	269,7
1990	377
1991	342,5
1992	250,6
1993	377,4
1994	611
1995	737,9
1996	518
1997	587

Fonte: Secex.

Brasil: importação e exportação de fios e tecidos de algodão

Em toneladas

Ano	Fios		Tecidos	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações
1990	47.088	3.189	30.503	4.100
1991	46.288	2.867	40.894	3.435
1992	45.578	671	62.458	1.100
1993	19.945	7.560	54.286	2.708
1994	31.630	10.527	49.171	8.561
1995	24.029	25.543	46.991	21.769
1996	18.700*	11.215	44.500*	66.486

Fonte: Sinditêxtil (exportação); Decex (importação); (* projeção).

Modelo mais forte

O modelo empresarial aparece como força modernizadora da produção de algodão no Brasil. Seus custos são significativamente menores e as produtividades maiores.

Por conta das características de *commodity* do algodão, preços e custos são variáveis centrais de competição e definem o padrão de concorrência. A julgar pelos preços médios de mercado do produto em caroço nas últimas safras, apenas a cotonicultura mecanizada tem custos economicamente viáveis.

Um número ainda bem reduzido de grandes produtores – em que se destacam os grupos Maeda, Tadashi Mine, Sachetti, Salles e Maggi – administra a produção de algodão sobre as novas bases. Gradativamente esse sistema produtivo se expande e incorpora áreas adequadas de relevo, com produtores dotados de capacidade de investimento.

Perto da auto-suficiência

Diante do desenvolvimento da cotonicultura empresarial, o Brasil ganha plenas condições para voltar proximamente à auto-suficiência no algodão. Não sem motivo, o Mato Grosso do Sul, com sua escala de produção, clima e topografia, surpreende o setor. Em curto espaço de tempo desponta como principal estado produtor do país. Sua produção cresceu 15 vezes entre 1980 e 1990 e chegou a 310 mil toneladas de pluma.

No percurso do algodão para o cerrado, os estados da região interessados no agronegócio oferecem incentivos fiscais. Em 1997 o governo de Mato Grosso lançou o Programa de Apoio ao Algodão de Mato Grosso (Proalmat), que isenta os produtores de até 75% do imposto de circulação de mercadorias. Nos mesmos moldes, o governo goiano aprovou programa que isenta em até 25% o pagamento de ICMS.

Na safra 1999/00, pelas estimativas da Conab, a produção de algodão deverá totalizar 622,3 mil toneladas. Trata-se de um volume 19,5% superior ao do ano passado. Com isso, as importações ficarão inferiores às 282 mil toneladas registradas em 1999, correspondentes a US$357,4 milhões. Ante o melhor desempenho da economia, o consumo de fibra deve subir neste exercício para 840 mil toneladas.

Ajustes e progressos

Ajustada às reestruturações em curso na produção do algodão em caroço, a agroindústria beneficiadora (extratora da pluma) passa a trabalhar com a matéria-prima oriunda da cotonicultura empresarial. Trata-se de um número reduzido de algodoeiras de maior porte, diretamente envolvidas na produção da fibra de algodão destinada aos segmentos têxteis.

De origem paranaense, com 150 anos de experiência no mercado internacional de *commodities* agrícolas, a empresa Esteve Irmãos se destaca pelos investimentos na construção de sua planta de beneficiamento em Rondonópolis, MT.

Já nas áreas tradicionais de produção do Paraná e de São Paulo, as algodoeiras – empresas privadas ou pertencentes a cooperativas – compram algodão em caroço do pequeno produtor para extrair a pluma e seus subprodutos.

Em outros países, é comum as algodoeiras agirem como prestadoras de serviço: cobram para beneficiar o algodão do

Brasil: números da produção e agroindústria do algodão

Ano	Indústria têxtil		Agricultura
	Nº de empresas	Nº de empregados	Nº de empregados
1989	5.699	1.049.128	702.600
1990	5.158	832.021	629.200
1991	5.110	713.137	604.800
1992	4.740	547.996	603.700
1993	4.452	494.782	348.600
1994	4.410	510.531	385.300
1997	3.725 (*)	246.000 (*)	n.d.

Fontes: Indústria: Abic/Sinditêxtil (exceto 1997).
Agricultura: Ipardes (1996), com dados da Coceal. * Exclui confecções (estimativa BNDES).

Brasil: tributação sobre importação e exportação

Ano-safra	Imp. importação (%)	ICMS/exportação (%)
1987/88	55	-
1988/89	10	-
1989/90	10	13
1990/91	0	13
1991/92	0	13
1992/93	0	13
1993/94	0	13
1994/95	1	13
1995/96	2	13
1996/97	6	0
1997/98	6	0
1998/99	8	0

Fonte: Secex – Conab.

Brasil: importações financiadas de algodão em pluma
Em US$ milhões

Ano	À vista	Até 180 dias	180 a 360	+ de 360
1991	96	72	12	0
1992	122	76	20	0
1993	149	445	93	0
1994	149	445	93	0
1995	140	313	132	0
1997 (jan.-mar.)	n.d.	51	102	2
1997 (abr.-jul.)	n.d.	82	89	115

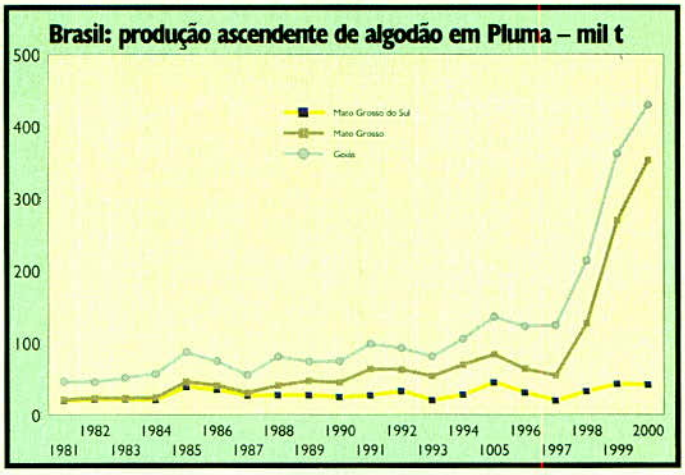
Fontes: De 1991 a 1995: dados de Rezende et al. (1996);
1997: MICT, Assessoria Parlamentar (Ofício nº 215/GM-MICT).

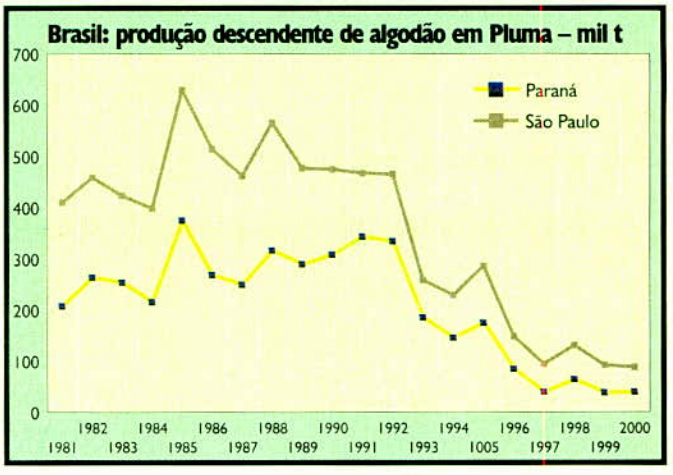
produtor, mas não há transferência de propriedade.

Mais flexível

Como a *commodity* estocável é o algodão em pluma, não em caroço, os produtores do modelo tradicional brasileiro perdem em flexibilidade para escolher o momento da venda.

Na cotonicultura empresarial, onde prevalece o interesse do produtor em armazenar sua produção e carregar estoques até o momento da venda, a transação desemboca em duas vertentes: na primeira, os produtores montam usinas próprias de beneficiamento e assumem a etapa anteriormente desempenhada pelas algodoeiras, como faz o grupo Maeda em Ituveraba, São Paulo. Uma segunda forma são os contratos de parceria e prestação de serviços entre produtor e beneficiador, forma adotada entre o grupo Maeda e a empresa Esteve Irmãos S.A. de Rondonópolis, Mato Grosso.





A brisa das mudanças no entanto agitou a indústria têxtil além dos elos de produção e beneficiamento. Segundo dados da Abit relativos ao ano de 1994, havia 4.410 empresas instaladas no país, incluindo as etapas de fiação, tecelagem, malharia e beneficiamento de tecidos, mais da metade situada no estado de São Paulo.

Apesar da heterogeneidade existente no setor, os investimentos na modernização do parque têxtil na década de 90 melhoraram a competitividade da indústria.

Agruras da competição

Em todo o mundo o setor de máquinas têxteis vem passando por um processo de reestruturação, com aumento da escala, fusões e incorporaçõe. O crescimento das importações de máquinas têxteis, partes e peças está associado à redução e à substituição da produção nacional por importações. A competição dos importados, em particular os produtos vindos de países da Ásia, tem tido efeitos traumáticos sobre a indústria têxtil doméstica.

Embora o país tenha mantido a condição de exportador líquido, os têxteis de algodão aumentaram fortemente as importações anuais, tanto em fios como em tecidos. A deterioração competitiva também bateu forte nesses mercados.

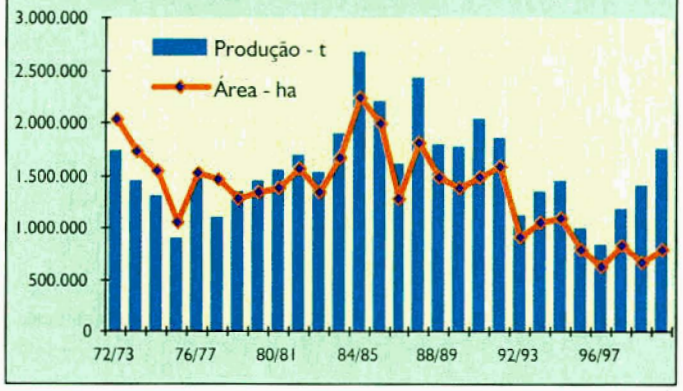
O ajuste competitivo da indústria não envolveu queda nos

Brasil: balanço de oferta e demanda de algodão em pluma (mil t)

Ano	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
1978	193	489	0	510	45	127
1979	127	544	0	533	0	118
1980	118	577	0	572	9	114
1981	114	594	2	561	30	118
1982	118	680,5	0	580	56,5	162
1983	162	586,6	2	557	180,2	13,8
1984	13,8	674,5	8	631	32,3	108,6
1985	108,6	968,8	21	555	86,6	379,9
1986	379,9	793,3	67	737	36,6	467,5
1987	467,5	633,3	30	775	174	182,1
1988	182,1	864	90	672	35	229
1989	229	709,4	115	810	118,2	125,2
1990	125,2	665,7	86,1	730	110,6	36,4
1991	36,4	717	105,9	718,1	123,3	16,9
1992	16,9	867,1	167,8	741,8	233,6	76,4
1993	76,4	420,2	501,2	829,5	7,4	160,9
1994	160,9	483,1	367,3	836,6	4,3	170,4
1995	170,4	537,1	282,3	803,7	52,6	133,5
1996	133,5	410,1	468,2	826,1	1,7	186,9
1997	186,9	305,7	438,5	798,7	0,3	132,1
1998	132,1	411,7	334,4	782,9	3,1	91,5
1999	91,5	520,6	280,3	825	3,9	63,5
2000	63,5	622,3	240	840	4	81,8

De 1978 a 1989, posição em 1 de março.

Brasil: área e produção de algodão em caroço – IBGE



volumes de produção na primeira metade da década de 90. Eles se mantiveram constantes no caso de fios e com leve incremento em tecidos, malhas e confecções. Muitas empresas têxteis porém sucumbem no decorrer do processo de acirramento da concorrência e forte concentração industrial desencadeado a partir da entrada dos importados.

Ressurreição e dinamismo

A tendência à modernização e à capacitação tecnológica da indústria constitui um processo de reestruturação produtiva semelhante ao da agricultura – cada uma com sua dinâmica própria, mas ambas submetidas a competição acirrada, concentração industrial e expulsão dos menos eficientes.

Em 1999, a desvalorização cambial trouxe novo dinamismo para o setor agroindustrial da cotonicultura. Segundo estimativas da Abit, o faturamento bateu os US$20 bilhões no setor de fibras e confecções; para este ano, projeta-se um crescimento de 5%. Em 2002 as exportações previstas serão de US$2 bilhões, contra US$1,1 bilhão em 1998.

É provável que entre 1996 e 1997 a cadeia têxtil tenha atingido seu ponto de inflexão na curva ascendente – uma constatação a ser festejada, depois de anos seguidos de ajustes e retração.

O agronegócio ressurge diferente. O elo atacadista praticamente deixou de existir. Desde 1994, as indústrias aumentaram suas investidas diretas nos fabricantes de roupas. Nessa operação poupa-se um pedágio de 20%. Se em 1996 80% das confecções compravam do atacado, agora não são mais de 40%. A parcela de 75% da produção industrial que passava pelo canal atacadista ficou reduzida a 25%.

Bibliografia:

Lopes, M. R. Algodão – sucessão de equívocos. *Agroanalysis*. FGV, Centro de Estudos Agrícolas, set. 1995.

Barbosa, Marisa Z. *et al.* (1997) *Têxteis de algodão: realidade e perspectiva*. Cadeias de Produção da Agricultura. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Competitividade do agribusiness brasileiro. Ipea; Pensa/USP; FGV/CEA; Abag, 1999.

CRONOLOGIA

Fibra resistente

Da proibição da rainha à abertura do governo, a cotonicultrura brasileira resiste e ensaia passos de recuperação

A exploração econômica da cotonicultura brasileira remonta aos idos de 1760, quando o ciclo do ouro dava sinais de esgotamento. O algodão era um produto novo e estratégico no processo de industrialização de Portugal, França e Inglaterra e alimentador das indústrias rurais do Brasil, especialmente as de Minas Gerais.

Cultivado primeiro no Maranhão, foi depois levado para Pernambuco, em sua variante de fibra longa, apreciada pelos países industrializados. Crescia aqui o mercado de consumo de panos rústicos destinados a vestir as classes menos favorecidas, que se expandiam com a libertação da mão-de-obra escrava após a crise da mineração. Em 1785, a rainha Maria I proibiu a instalação de manufaturas no Brasil para evitar concorrência com produtos similares de Portugal, cuja indústria era ainda incipiente.

No quadro de exportações da colônia, o açúcar participava com 95% em 1650. Cem anos depois essa participação cai para 50% e para 34% em 1780, bem próxima à do algodão, que representavam 24% do total.

Commodity *de exportação*

Em 1917, com a criação da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, foram implementadas a regulamentação, a padronização e a classificação do algodão. A partir dos anos 30 o setor se desenvolveu com mais intensidade e o país passou a importante exportador da fibra.

Nesse tempo, os materiais cultivados pela iniciante cotonicultura brasileira eram extremamente heterogêneos. Faltava padronização eficiente das características de fibra do produto nacional. Por conta disso o produto brasileiro tinha pouca aceitação na indústria têxtil local e menos ainda no mercado de exportação

Faltava na época uma tecnologia homogênea e adequada que favorecesse o desenvolvimento e a oferta de sementes de algodão apropriadas à produção requerida pelo mercado. Faltava também uma instituição que atendesse aos interesses setoriais de competitividade. Para suprir a lacuna, o Estado assumiu essa função.

Assim foram instituídos o monopólio na venda e a obrigatoriedade do uso de sementes certificadas para impedir que o cotonicultor continuasse replantando sua colheita.

Esquema institucional

O Decreto-Lei nº 6.301, de 22 de fevereiro de 1934, regulamentou as atividades ligadas à produção de sementes no estado de São Paulo, quando passou a vigorar o Sistema Paulista de Produção e Comercialização de Sementes.

Pelo esquema institucional, a pesquisa genética e o desenvolvimento de cultivares cabiam ao Instituto Agronômico de Campinas (IAC). A fase de multiplicação de sementes para comercialização era realizada nos chamados "campos de cooperação", um sistema de integração entre produtores privados que multiplicavam as "sementes genéticas" fornecidas pelo IAC e devolviam sua produção à Secretaria de Agricultura do estado. A posterior comercialização era privilégio da Secretaria.

O sistema paulista serviu de modelo para a implantação da cultura no Paraná, cujas sementes eram comercializadas em outros estados.

A área sob regulamentação em São

Cômputo balanceado

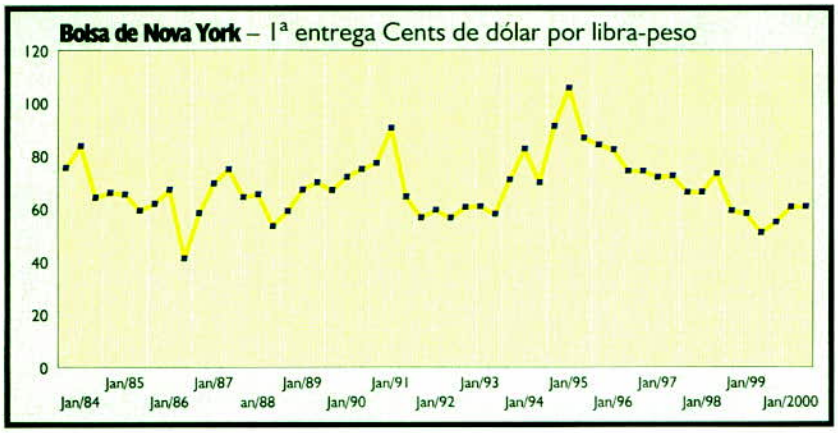
As projeções do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos operam para a safra 1999/00 com uma perspectiva de estoques praticamente inalterados. Em termos de consumo, se a tendência é de aumento na China e na Síria, a produção também responde com crescimento no Brasil e na Austrália, balanceando o cômputo geral.

A hipótese de uma força altista nos preços do mercado internacional pode ser descartada: a quantidade de mercadoria nos armazéns ainda é elevada e está projetada para 46%.

Para a safra 2000/01, a produção mundial deverá manter-se quase inalterada, com variação de apenas 240 mil toneladas. O aumento no Brasil e na Austrália será suficiente para compensar parte do consumo crescente de China, Síria e Taiwan. Embora permaneçam altos, os estoques poderão esvaziar em 12,5%.

Já nos fluxos comerciais entre os países, as previsões são de leve baixa, em decorrência da recuperação na colheita do Brasil – grande importador nos últimos anos – e do fraco consumo na Indonésia (L.A.P. e R.A.).





Mundo: balanço de oferta e demanda de algodão

Mil toneladas

Ano	Área Em ha	Produçao Em t	Consumo (1) Em t	Estoque (2) Em t	(2)/(1) %
1961	32.120	9.812	10.064	4.110	41
1962	32.413	9.682	9.840	4.064	41
1963	31.789	10.224	9.576	4.901	51
1964	32.882	11.052	10.410	5.552	53
1965	33.551	11.707	11.157	6.218	56
1966	33.326	12.386	11.712	6.982	60
1967	31.210	11.381	12.200	6.113	50
1968	30.964	11.218	12.241	5.061	41
1969	31.921	12.383	12.273	5.143	42
1970	32.487	11.909	12.189	4.888	40
1971	31.801	11.991	12.428	4.675	38
1972	33.043	12.871	12.718	4.790	38
1973	33.538	13.450	12.956	5.229	40
1974	32.849	13.638	13.130	5.839	44
1975	33.530	13.860	12.409	7.186	58
1976	22.889	11.745	13.404	5.576	42
1977	30.568	12.272	13.102	4.813	37
1978	33.568	13.905	13.295	5.521	42
1979	32.901	12.988	13.793	4.726	34
1980	32.211	14.255	14.367	2.634	32
1981	32.272	13.823	14.148	4.503	32
1982	32.972	14.952	13.768	5.601	41
1983	31.381	14.505	14.579	5.549	38
1984	30.920	14.314	14.965	5.183	35
1985	33.723	19.302	15.396	9.076	59
1986	31.582	17.480	16.399	10.311	63
1987	29.360	15.367	17.894	7.685	43
1988	30.878	17.641	18.325	6.998	38
1989	33.765	18.374	18.554	6.709	36
1990	31.567	17.360	18.916	5.392	29
1991	33.160	18.958	18.634	5.866	31
1992	34.819	20.847	18.733	8.057	43
1993	32.635	17.961	18.686	7.485	40
1994	30.704	16.707	18.606	5.716	31
1995	32.180	18.639	18.644	6.162	33
1996	35.933	20.114	18.915	7.309	39
1997	33.811	19.316	19.121	7.899	41

Paulo se estendeu a todas as regiões produtoras do Centro-Sul e também a algumas regiões produtoras de algodão herbáceo no Nordeste. Em 1938, a Bolsa de Mercadorias de Sãio Paulo implantou o serviço de classificação oficial do algodão.

Novas técnicas

A prática de colheita manual conhecida como "rapa" surgiu na década de 60, quando ocorria uma notável alteração da base técnica da agricultura brasileira, com a chegada da revolução verde e a utilização de insumos modernos.

Apesar de aumentar o estressamento e o grau de impurezas da fibra, o procedimento de rapa substituiu a colheita manual mais onerosa do sistema de "maçã a maçã". Com isso a cotonicultura deixou de ser um cultivo estritamente familiar, como vinha sendo tradicionalmente, e passou a usar mão-de-obra remunerada .

A estrutura de mercado do setor produtor de algodão era pulverizada, com unidade típica de exploração pequena, pouco tecnificada e freqüentemente gerida em regimes de parceria e arrendamento.

Na entrada da década de 70, as exportações brasileiras ficavam entre 7 e 10% das exportações mundiais da fibra. O setor vivia um excelente momento. Até 1973, o Brasil tinha tradição no mercado internacional a ponto de o governo precisar barrar as exportações para garantir suprimento às indústrias domésticas.

Tempos bicudos

Entre as décadas de 1930 e 1980, São Paulo e Paraná se alternaram na posição de maior estado produtor. Em meados dos anos 80, a safra de ambos representava 80% da produção nacional.

O aparecimento do bicudo em 1985 dizimou os algodoais do país, principalmente no Nordeste, cuja produção de 200 mil toneladas cairia para 20 mil em 10 anos. Nesse período o Brasil colhia safras recordes e os estoques superavam a metade do consumo. O que para o governo era um problema sério, porque em relação à paridade de exportação, os custos internos superavam em 20% os preços internacionais. A partir de então, o sistema público de pesquisa começou a dar sinais de enfraquecimento, com escassez de fundos orçamentários.

Mundo: balanço de oferta e demanda de algodão

Mil t

Item	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01
Produção						
Estados Unidos	3.897	4.124	4.092	3.030	3.694	4.171
China	4.768	4.202	4.594	4.507	3.832	3.810
India	2.885	3.030	2.686	2.771	2.678	2.678
Paquistão	1.785	1.594	1.562	1.372	1.829	1.589
Uzbequistão	1.250	1.048	1.138	1.002	1.154	1.067
Zona Franca Africana	685	798	941	878	870	867
Turquia	852	784	795	840	800	762
Outros	4.141	3.925	4.142	4.046	4.092	4.065
Total	20.263	19.505	19.950	18.446	18.949	19.009
Consumo						
China	4.289	4.420	4.267	4.180	4.834	4.834
Índia	2.608	2.857	2.760	2.748	2.896	2.961
Estados Unidos	2.318	2.422	2.471	2.265	2.199	2.221
Paquistão	1.568	1.524	1.565	1.524	1.633	1.655
Turquia	950	1.031	1.089	1.002	1.176	1.197
União Européia	1.113	1.138	1.155	1.085	1.098	1.125
Sudeste Asiático	964	961	868	945	949	995
Outros	4.912	4.183	4.819	4.787	5.065	5.145
Total	18.722	18.536	18.994	18.536	19.850	20.133
Importação						
Sudeste Asiático	998	980	859	961	984	1.020
União Européia	1.025	1.034	994	881	917	959
México	151	207	322	324	403	501
Turquia	113	295	316	248	414	457
Federação Russa	239	218	267	285	348	348
Coréia do Sul	362	327	288	320	332	327
Taiwan	300	283	263	299	316	305
Outros	2.798	2.946	2.405	2.274	2.185	2.197
Total	5.986	6.290	5.714	5.592	5.899	6.114
Exportação						
Estados Unidos	1.671	1.495	1.633	946	1.481	1.785
Uzbequistão	985	991	995	830	914	893
Zona Franca Africana	609	720	788	778	804	818
Austrália	319	519	590	662	675	675
União Européia	365	337	293	282	327	333
Síria	123	152	218	185	207	196
Turcomenistão	200	114	109	163	174	152
Outros	1.771	1.524	1.198	1.311	1.366	1.165
Total	6.043	5.852	5.824	5.157	5.948	6.017
Estoques finais						
China	3.059	3.626	4.345	4.601	3.251	2.228
Estados Unidos	568	865	846	858	893	1.067
Índia	1.100	1.019	909	1.000	1.033	957
Paquistão	296	396	331	373	535	442
União Européia	349	316	342	332	369	361
Brasil	323	274	324	287	332	356
Austrália	163	206	240	254	256	256
Outros	2.099	1.963	2.132	2.044	2.072	1.986
Total	7.957	8.665	9.469	9.749	8.741	7.653

Fonte: Usda, ago. 2000.

O ano de 1988 representou o grande divisor de águas no setor, com a primeira medida de abertura do comércio no agronegócio do algodão, através da Resolução nº 155 do Concex – Conselho Nacional de Comércio Exterior. Aprovada em 4 de maio desse ano, eximia de restrições simultaneamente as importações e as exportações de algodão em pluma.

A partir daí se interrompia uma tradição de fortes regulamentações para o comércio exterior de algodão. As importações do produto tinham estado até então sujeitas a uma alíquota de imposto de importação de 55%; as exportações tinham controles e restrições, cujos mecanismos serviam para o governo administrar o mercado nacional de algodão.

A alíquota do imposto de importação sofreu redefinição "de forma que o custo do produto estrangeiro internado (...) seja compatível com as tendências dos preços do mercado interno e do externo" (artigo IV). A redução tarifária veio em seguida; ainda em 1988 a alíquota de importação do algodão baixou de 55% para 10%.

No Paraná, o monopólio de sementes estava extinto. Em São Paulo, o sistema persistia mais *no papel* do que de fato. Com o seguro rural passando a ser facultativo no início da década de 90, o Estado perdeu seu mecanismo de controle e deixou de fiscalizar o cumprimento do monopólio.

Abertura consolidada

A abertura se ampliou em 1990 com o fim dos regimes especiais e um cronograma de novas reduções tarifárias. Para o algodão em pluma, a alíquota foi revista e passou de 10% para zero. Rompia-se um modelo de quase 70 anos em que as atividades de pesquisa genética, produção e comercialização de sementes de algodão eram realizadas exclusivamente pelo Estado.

Desde 1991 a classificação oficial é função da Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F). De cada fardo de algodão em pluma produzido nas usinas de beneficiamento, duas amostras são enviadas à BM&F, que as classifica dentro de uma escala de 10 tipos.

Com a implantação do Mercosul, em janeiro de 1995, convencionou-se a tarifa externa comum (TEC) de 6% , a ser praticada a partir de 2000. Efetivamente, ela

passou a vigorar a partir de 1997, elevando-se a 8% em 1998, com isenção das transações intrabloco.

A redução de alíquotas nominais foi mais gradual para os segmentos industriais – fios e tecidos – do que para o algodão em pluma.

Crise de competitividade

A abertura às importações de algodão serviu na prática para garantir o abastecimento barato da indústria no curto e no médio prazo, em detrimento da situação competitiva dos cotonicultores.

A política de abertura aumentou as tarifas efetivas dos segmentos industriais. As dificuldades de atribuição de coeficientes técnicos em um período de forte e contínua mudança tecnológica complicaram seu cálculo.

A idéia de tarifa implícita consistia em considerar as alíquotas de importação dos insumos, mas a proteção efetiva de um bem final podia ser diferente da indicada por sua alíquota nominal. A análise era estática e utilizava os coeficientes técnicos de insumo-produto.

Nos anos 90, a produção nacional revelou acentuados problemas de competitividade e entrou em crise. O Brasil assumiu a posição de grande importador mundial da fibra, revelando a incapacidade dos produtores nacionais de se manterem no mercado lado a lado com os concorrentes estrangeiros. O volume de importação colocou o Brasil como o sexto maior importador mundial (4% do total), e a Argentina, com 35% do total, seu principal fornecedor.

A deterioração da posição competitiva decorreu em grande medida do processo de abertura comercial e liberalização das importações promovido no setor a partir de 1988.

Recordes críticos

O desempenho da lavoura algodoeira viveu um período crítico entre as safras de 1989 e 1997, quando houve redução de 69% na área cultivada e de 56% no volume produzido. Nesse interregno, a Associação Nacional dos Beneficiadores de Algodão sofria forte esvaziamento.

Em 1996/97 a importação atingiu o recorde de 468 mil toneladas de produto em pluma e a produção bateu seu nível mínimo, 305 mil toneladas, após ter alcançado 968 mil toneladas em 1984/85.

As maiores perdas de posição competitiva do algodão brasileiro se seguiram também à competição desleal das importações, beneficiadas por subsídios nos países de origem, e a práticas de *dumping* financeiro: importações financiadas a taxas de juros internacionais e prazos de até 360 dias, condições inexistentes no mercado nacional.

Cadeia versus *governo*

Desde meados de 1996 o desequilíbrio nas condições de financiamento gerava discussões envolvendo a cadeia e o governo.

A portaria nº 1.488 do MICT, publicada em 23 de maio de 1996, estabelecia cotas à importação de têxteis artificiais e sintéticos provenientes de países asiáticos (Taiwan, China, Hong Kong, Coréia) e do Panamá.

Por sua vez, a medida provisória nº 1.569, publicada em 25 de março de 1997, estabelecia restrições aos prazos de pagamento das importações financiadas em até 360 dias e exigia fechamento de câmbio para o pagamento das importações até 180 dias antes do término do prazo de pagamento.

Na prática, as importações financiadas com prazos de até 180 dias passaram a ser pagas à vista e as importações com prazos maiores (181 a 360 dias) tiveram seus financiamentos significativamente encurtados. Importações com prazo superior a 360 dias não sofriam alteração.

A Argentina, principal fornecedora de algodão para o Brasil, ficou fora da medida, e alguns importadores fizeram importações financiadas a prazos apenas um pouco acima do limite estipulado: 370 dias, por exemplo.

Muitas empresas têxteis sucumbiram ao processo de acirramento da concorrência e à forte concentração industrial desencadeada a partir da entrada dos importados. As cooperativas perderam espaço com a crise da cotonicultura. No Paraná suas participações no conjunto das empresas de beneficiamento sofreram quedas – de 70% em 1992 para 55% em 1994 e para 21% em 1997.

Novo setor de sementes

Com a aprovação da Lei de Proteção de Cultivares, em 1997, um novo setor de sementes começou a aparecer, com crescente participação da iniciativa privada. Tornou-se comum principalmente o uso de variedades Deltapine, adequadas à colheita mecanizada, em substituição aos cultivares públicos.

Mesmo com seus problemas orçamentários, o IAC lançou em 1996 a variedade IAC 22. Com isso, o sistema público passou a dispor de cultivares próprios à colheita mecânica. Uma nova alternativa para o Brasil Central e em algumas regiões no estado de São Paulo, além das variedades privadas de origem estrangeira como a Deltapine Alcala, norte-americana, e em menor escala a CS 50, australiana.

A Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico – Coodetec –, da Organização das Cooperativas do Paraná – Ocepar –, lançou em março de 1997 a variedade Coodetec-401, também para atender as exigências da colheita mecânica.

Em fevereiro de 1998, o governo autorizou o BNDES a dispor de linha de crédito à indústria têxtil para financiar a compra de algodão nacional com condições favorecidas. A nova linha envolveu um volume de recursos de R$400 milhões, para créditos de curto prazo atrelados à aquisição de algodão em pluma nacional

Representatividade em formação

De um modo geral os segmentos produtores da fibra – agricultura e agroindústria beneficiadora – não têm uma entidade de representação para dar peso político às suas posições.

O Sindicato da Indústria de Extração de Fibras Vegetais representa os beneficiadores, enquanto a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) é a associação de interesse privado mais bem estruturada na cadeia, com ações na defesa de seus associados. Em 1973 foram suspensas por decreto as exportações de algodão em pluma sob a influência de fortes gestões por parte da Abit junto ao governo.

A Fundação MT e a Associação Brasileira de Algodão (Abralg) são duas organizações com papéis de importância na articulação da cadeia. Ambas visam à formação de uma entidade voltada à pesquisa na área de sementes, com variedades adaptadas para o cultivo no Brasil Central. (**L.A.P. e R.A.**).